

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FACE
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS - CCA

BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FLÁVIO GIRÃO GUIMARÃES

**CONCENTRAÇÃO DO MERCADO DE AUDITORIA
INDEPENDENTE NA INDÚSTRIA BANCÁRIA BRASILEIRA**

BRASÍLIA (DF)

2014

FLÁVIO GIRÃO GUIMARÃES

**CONCENTRAÇÃO DO MERCADO DE AUDITORIA
INDEPENDENTE NA INDÚSTRIA BANCÁRIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso do
Bacharelado em Ciências Contábeis, da
Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. José Alves Dantas

Brasília (DF)

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

Guimarães, Flávio Girão

Concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira / Flávio Girão Guimarães.— Distrito Federal: UnB / FACE / CCA, 2014.

xi, 43f.: il.

Orientador: José Alves Dantas

Monografia (bacharelado) – UnB / FACE / CCA, 2014

Referências bibliográficas: f. 33-35

1. Auditoria, concentração. 2. Bancos. 3. Índice Herfindahl-Hirschman. – Monografia. I. Dantas, José Alves. II. UnB / FACE / CCA / Bacharelado em Ciências Contábeis. III. Concentração da auditoria independente nas instituições financeiras do Brasil.

FLÁVIO GIRÃO GUIMARÃES

**CONCENTRAÇÃO DO MERCADO DE AUDITORIA
INDEPENDENTE NA INDÚSTRIA BANCÁRIA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso do
Bacharelado em Ciências Contábeis, da
Universidade de Brasília

Aprovações:

Prof. Dr. José Alves Dantas - orientador

Prof. Dr. Bruno Vinícius Ramos Fernandes

Brasília

2014

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo avaliar o grau de concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira, entre os anos de 2000 e 2013. Para tanto, avaliou-se a participação das firmas líderes de mercado e a evolução do Índice Herfindahl-Hirschman, calculado a partir dos ativos totais, patrimônio líquido e receita de intermediação financeira das instituições financeiras avaliadas. Utilizando-se critérios estabelecidos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, bem como critérios estabelecidos pelas autoridades antitruste brasileiras e dos Estados Unidos da América, conclui-se que o mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira é significativamente concentrado.

Palavras-chave: auditoria, concentração, bancos, Índice Herfindahl-Hirschman.

ABSTRACT

The present study aimed to evaluate the audit market concentration in the Brazilian banking industry between 2000 and 2013. To achieve this purpose, we evaluated audit firms market share and the evolution of Herfindahl-Hirschman Index, calculated from selected financial institutions assets, equity and financial intermediation revenues. Using criteria established by the World Bank, International Monetary Fund, as well criteria established by Brazilian and United States antitrust authorities, we concluded that the market for audit in the Brazilian banking industry is highly concentrated.

Keywords: audit, concentration, banks, Herfindahl-Hirschman Index.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: número de firmas de auditoria na indústria bancária brasileira.....	25
Gráfico 2: participação da auditoria de acordo com os ativos totais dos clientes.....	25
Gráfico 3: participação da auditoria de acordo com patrimônio líquido dos clientes.....	26
Gráfico 4: participação da auditoria de acordo com a receita de intermediação financeira....	26
Gráfico 5: C_4 calculado com ativos totais, pat. líquido e rec.a de intermediação financeira...	28
Gráfico 6: HHI calculado com ativos totais, pat. líquido e rec. de intermediação financeira.	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição do Sistema Financeiro Nacional.....	15
Quadro 2: Parâmetros para definição de concentração de mercado, segundo o Banco Mundial e o FMI.....	19
Quadro 3: Parâmetros para definição de concentração de mercado, segundo autoridades dos EUA.....	20
Quadro 4: Parâmetros para definição de mercado não concentrado, segundo a CE.....	20

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação das firmas de auditoria (por ativos totais dos clientes).....	39
Tabela 2: Participação das firmas de auditoria (por patrimônio líquido).....	39
Tabela 3: Participação das firmas de auditoria (por receita de intermediação financeira).	40
Tabela 4: Concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária, de acordo com o C4 e HHI calculado com base nos ativos totais das instituições auditadas.....	41
Tabela 5: Concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária, de acordo com o C4 e HHI calculado com base no patrimônio líquido das instituições auditadas.....	41
Tabela 6: Concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária, de acordo com o C4 e HHI calculado com base na receita de intermediação financeira das inst. auditadas.....	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
CE	Comunidade Europeia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTC	<i>Federal Trade Commission</i>
GAO	<i>United States Government Accountability Office</i>
HHI	Índice Herfindahl-Hirschman
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
SFN	Sistema Financeiro Nacional
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados
UNICAD	Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil
USDJ	<i>United States. Department of Justice</i>
TOP 50	Cinquenta maiores instituições financeiras do tipo: banco comercial, banco múltiplo com carteira comercial ou caixa econômica, que não integrem conglomerado.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1	Importância da Auditoria Independente para o Sistema Financeiro Nacional....	15
2.2	Concentração do Mercado de Auditoria Independente e suas Implicações.....	17
2.3	Parâmetros Utilizados na Avaliação do Grau de Concentração de Mercado.....	18
3	METODOLOGIA.....	21
3.1	Hipóteses da Pesquisa.....	21
3.2	Definição da Amostra.....	21
3.3	Métricas Utilizadas na Análise da Concentração.....	22
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	24
4.1	Número de auditores em atuação na indústria bancária brasileira.....	24
4.2	Participação individual das firmas de auditoria da indústria bancária brasileira	25
4.3	Concentração da auditoria independente da indústria bancária brasileira.....	28
5	CONCLUSÕES.....	31
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICE A – ESPECIFICAÇÃO DA AMOSTRA.....	37
	APÊNDICE B – PARTICIPAÇÃO DAS FIRMAS DE AUDITORIA.....	40
	APÊNDICE C – C4 e HHI.....	42

1 INTRODUÇÃO

Para se financiar, uma empresa pode recorrer a diversos expedientes. O mais utilizado, especialmente por empresas individuais e de pequeno porte, é o financiamento através de seus sócios. Porém, na medida em que as empresas crescem e tornam-se mais complexas, outras possibilidades de financiamento se apresentam, tais como: obtenção de subsídios e subvenções governamentais; captação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; emissão de dívida no mercado de capitais; venda de participação para outros investidores, empresas ou fundos especializados em participações societárias; ou abertura de capital com o lançamento de ações em bolsa de valores.

Para uma empresa se habilitar à captação de recursos, especialmente às alternativas que envolvem o mercado de capitais, é importante a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atualmente alinhadas com as práticas contábeis internacionais consubstanciadas no *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Tal alinhamento foi possível por conta da edição dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cujo objetivo foi estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em sua Resolução nº 1.055, de 2005:

"Art. 3º O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais" (CFC, 2005).

É nesse ponto que a auditoria independente das demonstrações contábeis se apresenta, oferecendo uma opinião independente e, teoricamente, desinteressada da situação econômico-financeira da entidade que apresenta as demonstrações contábeis. Entre os objetivos da auditoria, conforme norma exarada pelo CFC (2009), destaca-se a emissão de opinião sobre se as demonstrações contábeis, deixando claro para o leitor que as mesmas foram elaboradas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para tanto, o auditor deve obter segurança razoável de que as demonstrações estão livres de distorções causadas por fraude, erros ou omissões.

A importância e sucesso da auditoria independente em prover aos usuários das demonstrações financeiras, especialmente aquelas utilizadas na captação de recursos de terceiros, uma visão justa da situação econômico-financeira da entidade que reporta é reconhecida internacionalmente. A Câmara de Comércio dos Estados Unidos (2006), em estudo intitulado *Auditing: a Profession at Risk*, destaca a importância do trabalho do auditor no mercado de capitais dos Estados Unidos da América (EUA), ao afirmar que a auditoria desempenha papel único na economia daquele país, proporcionando confiança aos investidores e trazendo padronização e disciplina para a contabilidade das empresas. Desta forma, aumenta-se a liquidez e o potencial econômico dos mercados de capitais.

Para que as qualidades (teóricas) da auditoria independente se concretizem, é necessário que o trabalho seja realizado com a qualidade esperada pelos usuários da informação. Por essa razão, torna-se importante pesquisar os fatores que possam afetar negativamente a qualidade do trabalho de auditoria independente. Entre eles, pode-se destacar o grau de concentração do mercado atividade de auditoria.

Como é de conhecimento público, a indústria de auditoria independente é dominada internacionalmente por quatro firmas, também conhecidas por *big four* – Ernst & Young (EY), Deloitte Touche Tohmatsu (Deloitte), PriceWaterhouseCoopers (PWC) e KPMG. No Brasil, o mercado de auditoria também é dominado por essas mesmas firmas.

Do ponto de vista da teoria econômica, tal situação é perversa, pois, um pequeno grupo de firmas dominando um mercado configura-se como um oligopólio e, o equilíbrio oligopolístico se dá em preços mais elevados e quantidades menores que seriam encontrados em um mercado de concorrência perfeita (Varian, 2010). Mas a teoria econômica é silente em relação à qualidade dos produtos e serviços ofertados por um oligopólio.

Com esse pano de fundo, o grau de concentração da atividade de auditoria é recorrentemente tema de vários estudos. O *Government Accountability Office* (GAO), por exemplo, conduziu dois estudos sobre o tema. O primeiro deles avaliou o grau de concentração da atividade de auditoria nas empresas listadas no mercado de capitais dos EUA, enquanto o segundo trabalho focou no grau de concentração da auditoria de acordo com o valor de mercado das empresas listadas. Ambos os estudos concluem que é inequívoca a concentração da atividade de auditoria nos EUA (GAO, 2003), especialmente das empresas com receitas superiores a US\$ 1 bilhão (GAO, 2008).

No Brasil, Dantas *et al.* (2012) avaliaram o grau de concentração da auditoria para as empresas listadas na BMF&Bovespa entre os anos de 2000 e 2009. Nesse estudo, foram encontradas evidências de concentração da atividade de auditoria em nível moderado ou alto.

Dadas as especificidades da indústria bancária, bem como o conhecimento e grau de especialização exigido de um auditor para opinar sobre as demonstrações financeiras de tais instituições, decidiu-se pela delimitação da avaliação da concentração do mercado de auditoria independente ao setor bancário brasileiro. A importância do setor bancário em relação ao resto da economia pode ser medida pelas consequências de eventuais problemas nesse setor. Conforme podemos evidenciar nas crises econômicas ocorridas ao longo os últimos anos, tal como a crise do México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998), Argentina (2000), EUA e Europa (2008), problemas no setor bancário como um todo tem efeitos perversos sobre toda a economia, dada a sua dinâmica¹.

Os componentes do sistema financeiro de um país como um todo, e os bancos em especial, mantém intensa relação interfinanceira e, portanto, a saúde financeira de uma instituição (ou a falta dela), pode causar reflexos em parte do sistema financeiro ou em todo ele. Quando uma instituição financeira encontra-se em dificuldades (falência, falta de liquidez, insolvência etc.) pode acabar causando dificuldades a outras instituições interligadas (a princípio “saudáveis”) e, estas, por sua vez, podem “contaminar” outras instituições financeiras com as quais mantenham alguma relação.

Quando uma parcela significativa das instituições financeiras encontra-se em dificuldade, temos a chamada crise sistêmica. Nesse ponto, os canais de transmissão de liquidez são interrompidos, pois nenhuma instituição quer se arriscar a emprestar a outra instituição que pode estar passando por problemas. Com a interrupção dos fluxos financeiros, instala-se a crise econômica e, quanto mais interconectada for a economia, maior será o efeito em outros países, que são carregadas também para a crise através do chamado efeito contágio (Vidal, 2011).

A crise econômica global vivenciada a partir de 2007 (com ápice em 2008) é um exemplo típico do risco sistêmico e do efeito contágio. Iniciada com a reavaliação das hipotecas *subprime*² do mercado norte-americano a crise se espalhou pelo sistema financeiro dos EUA, com a falência de bancos (e.g. IndyMac, Lehman Brothers), a venda forçada de instituições em dificuldade (e.g. Bear Stearns e Merrill Lynch), readequação de instituições (e.g. Goldman Sachs e Morgan Stanley) e pelo resgate do governo norte-americano de diversas companhias (e.g. Fannie Mae, Freddie Mac, General Motors, Chrysler, AIG

¹ A crise econômica iniciada nos Estados Unidos da América (2008) iniciou no sistema financeiro. As demais crises relacionadas neste trabalho tiveram outras motivações, tal como crise de balanço de pagamento e ataques especulativos a moedas (México e Rússia e Ásia) e crise de financiamento (Argentina) mas, ao atingir o sistema financeiro, tais crises são amplificadas e atingem o conjunto da economia de um país ou região.

² Hipoteca existente nos Estados Unidos da América, oferecida a mutuários com baixa classificação de risco de crédito.

Insurance). Através do efeito contágio, a crise econômica enfrentada pelos Estados Unidos da América rapidamente se espalhou pela Europa. Na esteira, todas as economias do globo foram de certa forma atingidas. Infelizmente, o Brasil não foi uma exceção.

Por conta dos efeitos da crise acima relatada, não foram poucas as vozes que apontaram os erros de julgamento das agências de *rating*, responsáveis pela avaliação da qualidade do crédito das hipotecas *subprime* e das auditorias independentes na avaliação das demonstrações financeiras de instituições financeiras posteriormente atingidas pela crise (majoritariamente auditadas por uma firma *big four*). Nem mesmo os padrões contábeis saíram ilesos da crise, sofrendo severas críticas dos governos que compõem a Comunidade Europeia (CE).

Tendo em vista esse contexto, o presente estudo tem por objetivo geral avaliar o grau de concentração do mercado de auditoria independente no âmbito da indústria bancária brasileira, entre os anos de 2001 e 2013. Para tanto, de forma específica, será analisada a evolução da participação das firmas líderes deste mercado, bem como a evolução do índice Herfindahl-Hirschman.

Em nossa análise utilizaremos dados obtidos nas demonstrações contábeis das instituições financeiras, considerando o conceito de conglomerado bancário utilizado pelo Banco Central do Brasil (BCB) para a elaboração do relatório 50 Maiores Bancos e o Consolidado do Sistema Financeiro Nacional (BCB, 2014). Para a análise do grau de concentração serão utilizados os parâmetros das autoridades antitruste do Brasil e Estados Unidos da América, bem como os parâmetros recomendados pelo Banco Mundial em conjunto com o Fundo Monetário Internacional.

Além da introdução, o presente trabalho contempla: um referencial teórico sobre o tema, com destaque para os critérios para a mensuração do grau de concentração (Seção 2); a especificação da metodologia utilizada para os testes empíricos (Seção 3); a apuração e a análise dos dados (Seção 4); e as conclusões do estudo, cotejando as evidências empíricas com as expectativas teóricas (Seção 5).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Importância da Auditoria Independente para o Sistema Financeiro Nacional

O mercado financeiro tem como objetivo precípua a intermediação de recursos entre agentes econômicos superavitários (poupadores) e agentes econômicos deficitários (tomadores de crédito). Segundo Bodie *et al* (2001), também são objetivos do mercado financeiro: a alocação temporal do consumo, o gerenciamento de riscos e a separação entre a propriedade e a administração dos negócios.

O Sistema Financeiro Nacional (SFN), cuja composição é destacada no Quadro 1, se encaixa perfeitamente na descrição acima. Através dele é possível realizar a intermediação entre poupadores e tomadores de crédito (instituições financeiras captadoras de depósito à vista). Também é possível: alterar a alocação temporal do consumo (entidades de previdência, sociedades de capitalização e administradores de recursos de terceiros etc.), gerenciar riscos (seguradoras, resseguradoras) e separar a propriedade da administração dos negócios (bolsa de valores, mercadorias e futuros).

Quadro 1: composição do Sistema Financeiro Nacional

Órgãos normativos	Entidades supervisionadas	Operadores			
Conselho Monetário Nacional (CMN)	Banco Central do Brasil (BCB)	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	Demais instituições financeiras	Outros intermediários financeiros e administradores de recursos de terceiros	
	Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Bolsas de mercadorias e valores	Bolsa de valores		
Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP)	Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	Resseguradores	Sociedades seguradoras	Sociedades de capitalização	Entidades abertas de previdência complementar
Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC)	Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC)	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)			

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nesse contexto, o trabalho do auditor independente é fundamental, pois permite aos participantes do SFN, sejam usuários, operadores ou reguladores, atuar com um grau elevado

de confiança, visto que o produto da auditoria é expor uma opinião independente sobre a situação econômico-financeira da entidade que reporta.

A importância do trabalho de auditoria externa para os supervisores do mercado financeiro, bem como a contribuição dos mesmos para a redução dos riscos sistêmicos é objeto de estudos mundo afora. Através do diálogo entre auditores independentes e reguladores é possível definir as áreas de maior preocupação (para ambos). Também é possível estabelecer um fórum de discussão, haja vista a variedade e complexidade dos novos instrumentos financeiros. Por fim, tal relacionamento permite a convergência e uniformidade de políticas procedimentos entre as instituições auditadas (BCBS, 2002).

A implantação dos padrões contábeis baseados em princípios, como é o caso das IFRS, tornou ainda mais relevante a qualidade do trabalho da auditoria externa que, entre outros, passa também a avaliar o julgamento da administração na aplicação das normas contábeis e consequente preparação das demonstrações financeiras (BCBS, 2008).

No Brasil, a relevância do trabalho do auditor independente também foi reconhecida pelos reguladores e supervisores que compõem o SFN, ao tornar obrigatória a auditoria das demonstrações contábeis de seus “regulados” ou mesmo dispondo sobre o exercício da atividade de auditor independente, como na Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999.

Entre os reguladores do SFN, destacamos o Conselho Monetário Nacional (CMN) que, através da Resolução nº 3.198, de 2004, alterou e consolidou a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

A mencionada Resolução dispõe, entre outros: da obrigatoriedade de contratação de auditores independentes para opinar sobre as demonstrações contábeis; dos critérios que caracterizam, aos olhos daquele regulador, a independência do auditor perante a instituição a ser auditada; da substituição periódica do responsável técnico e dos demais integrantes da equipe de auditoria com função de gerente; da criação do Comitê de Auditoria³, que entre outras funções recomenda à administração contratação da firma de auditoria independente, bem como avalia a efetividade do trabalho de tais firmas; e do exame de certificação do auditor independente, para que o mesmo se habilite à prestação de serviços em instituições financeiras.

³ A criação do Comitê de Auditoria é obrigatória apenas para instituições que possuam Patrimônio de Referência (PR) igual ou superior a R\$ 1 bilhão; ou que administrem R\$ 1 bilhão de recursos de terceiros; ou cujo somatório de captações de depósitos e de administração de recursos de terceiros seja superior a R\$ 5 bilhões.

Em 24 de setembro de 2009, o mesmo CMN editou a Resolução nº 3.786, que tornou obrigatória a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente, *IFRS Foundation*. Junto com a obrigação de elaborar tais demonstrações, o CMN determinou que as mesmas deveriam ser acompanhadas da opinião de um auditor independente.

As resoluções acima, de certa forma, deixam clara a importância da opinião do auditor independente sobre as demonstrações financeiras elaboradas e apresentadas pelas instituições financeiras aos olhos do CMN, órgão responsável, entre outros, pela regulação aplicável às instituições financeiras e demais entidades autorizada a funcionar pelo BCB⁴.

2.2 Concentração do Mercado de Auditoria Independente e suas Implicações

Vários estudos avaliaram o grau de concentração da auditoria em outros países ou setores. Os efeitos das fusões ocorridas ao longo das últimas décadas e da dissolução da firma Arthur Andersen, em 2001, foi objeto de estudo do GAO (2003) que avaliou o efeito de tais eventos na concentração do mercado de auditoria nos EUA e culminou na consolidação das chamadas *big four*⁵. Os principais eventos avaliados pelo GAO, naquele estudo, foram: fusão da Ernst & Whinney e Arthur Young & Co., em 1989, formando a firma que hoje conhecemos por Ernst & Young, ou EY; fusão da Deloitte Haskins & Sells com Touche Ross, também em 1989, formando a firma de auditoria hoje conhecida como Deloitte; fusão da Price Waterhouse com Coopers & Lybrand, formando a empresa hoje conhecida como Pricewaterhouse, ou PWC; e dissolução da Arthur Andersen, em 2001.

O estudo promovido pelo GAO em 2003 confirma a progressiva concentração do mercado de auditoria das empresas listadas no mercado de capitais dos EUA, por conta dos eventos relacionados no parágrafo anterior. Porém, tal concentração não trouxe efeitos negativos na formação de capital ou nos mercado de capital daquele país.

Em 2008, o mesmo GAO avaliou o grau de concentração da auditoria no mercado de ações dos Estados Unidos da América, segregando aquele mercado entre firmas de pequeno, médio e grande porte⁶. As conclusões do estudo confirmam a concentração da auditoria,

⁴ As competências do CMN são estabelecidas na Lei nº 4595, de 1964.

⁵ *big four* é o termo utilizado para designar as maiores firmas de auditoria independente atualmente existente. Fazem parte deste grupo a Deloitte, a PWC, a KPMG e a EY. Além de auditoria independente, tais firmas oferecem serviços tais como: consultoria tributária, consultoria empresarial atuária (auditoria e consultoria), terceirização de contabilidade e serviços legais. Até 2002, quando a firma Arthur Andersen foi desfeita, o grupo das maiores firmas de auditoria era conhecido como *big five*.

⁶ Tal segregação levou em conta o valor de mercado de cada companhia.

especialmente nas companhias de grande porte. Porém, em linha com o estudo apresentado em 2003, tal concentração não levou a uma redução significativa na qualidade dos trabalhos dos auditores independente, tampouco implicou na elevação dos honorários.

Kallapur *et al* (2010) também avaliaram o grau de concentração da auditoria e seu impacto na qualidade dos trabalhos utilizando uma amostra semelhante à utilizada pelo GAO. Segundo os autores, a concentração teve impacto positivo na qualidade dos trabalhos de auditoria.

No Brasil, Dantas (2012) relacionou os determinantes que afetam negativamente a qualidade do trabalho do auditor. São eles: o nível de importância do cliente para o auditor e a permanência por mais de seis anos. Já a presença do comitê de auditoria, risco de litigância, rigor do ambiente regulatório e o nível de rentabilidade dos clientes auditados é apontado pelo autor como determinantes que afetam positivamente a qualidade do trabalho do auditor. O grau de concentração também foi objeto de estudo do autor, porém não foram encontradas evidências relevantes de associação entre a concentração e a qualidade dos trabalhos daqueles profissionais.

2.3 Parâmetros Utilizados na Avaliação do Grau de Concentração de Mercado

O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), estruturado pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, é composto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), do Ministério da Fazenda. Entre os objetivos do SBDC, destacam-se a prevenção e a repressão às infrações contra livre concorrência.

Através da Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50, de 1º de agosto de 2001, foi editado o Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal, que institui os parâmetros utilizados pelas autoridades antitruste brasileiras. Segundo os parâmetros estabelecidos neste documento, concentração individual igual ou superior a 20% (ou $C_i \geq 20\%$) possibilita o exercício unilateral do poder de mercado. Adicionalmente, toda vez que a participação das quatro maiores empresas for superior a 75% do mercado (ou $C_4 \geq 75\%$), bem como quando há uma fusão de empresas que resulte em uma nova empresa com participação igual ou superior a 10% ($C_{i+j} \geq 10\%$), considera-se viável o exercício coordenado de poder do mercado. Por exercício de mercado, entendem a SEAE e a SDE:

"O exercício do poder de mercado consiste no ato de uma empresa unilateralmente, ou de um grupo de empresas, coordenadamente, aumentar os preços (ou reduzir quantidades), diminuir a qualidade ou a variedade dos produtos ou serviços, ou ainda, reduzir o ritmo de inovações com relação aos níveis que vigorariam sob condições de concorrência irrestrita, por um período razoável de tempo, com a finalidade de aumentar seus lucros." (SEAE/SDE, 2001).

Por oportuno, cabe destacar que o próprio Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal alerta para fatores que podem inibir o exercício do poder de mercado, independentemente da concentração, tal como a elasticidade-preço da demanda pelo produto ou serviço vendido no mercado que apresenta concentração⁷; a possibilidade de importar fatores ou produtos para o mercado que se encontra concentrado; a possibilidade de entrada de novos competidores; as escalas mínimas viáveis para a remuneração de novos competidores; as barreiras legais e regulatórias; as economias de escala; o grau de integração das cadeias produtivas; e a probabilidade de sanção por órgãos de defesa da concorrência.

Outra medida para se avaliar o grau de concentração de mercado é o chamado Índice Herfindahl-Hirschman, ou HHI (Hirschman, 1964). O HHI é a soma dos quadrados das participações de mercado das empresas de um determinado setor. O HHI varia de 0 a 1, onde 0 significa que não existe qualquer concentração. Quanto maior for o valor do HHI, maior será a concentração. No limite, quando todo o mercado está concentrado em uma única empresa (monopólio), o HHI atinge o valor de 1. O HHI não se limita à análise das líderes de um mercado, já que sua fórmula implica na soma dos quadrados das participações de todas as empresas de um determinado mercado.

Segundo critérios adotados no guia *Financial Sector Assessment: a Handbook* (WB, FMI, 2005), o grau de concentração de um mercado será igual ao apresentado no Quadro 2, apresentado abaixo.

Quadro 2: parâmetros para definição de concentração de mercado, segundo o Banco Mundial e o FMI

HHI	Grau de concentração
$HHI < 0,10$	Concentração limitada
$0,10 \leq HHI \leq 0,18$	Concentração moderada
$HHI > 0,18$	Concentração significativa

Fonte: Banco Mundial e FMI

⁷ A elasticidade-preço da demanda é uma medida econômica que indica a sensibilidade da demanda face a alterações no preço de um bem ou serviço, mantendo todas as demais variáveis constantes. Em outras palavras, a elasticidade-preço da demanda mede a alteração que ocorre com a demanda em razão de alterações do preço de um produto ou de um serviço (Varian, 2010).

As autoridades antitruste dos EUA e europeias também utilizam o HHI para avaliar o grau de concentração de seus respectivos mercados. O *U.S. Department of Justice* e o *Federal Trade Commission* publicaram, em 2010, o *Horizontal Merger Guidelines*, que é o guia para análise econômica de fusões horizontais utilizado nos EUA. Os parâmetros utilizados no guia supracitado são apresentados no quadro Quadro 3.

Quadro 3: parâmetros para definição de concentração de mercado, segundo autoridades dos EUA

HHI	Grau de concentração
$HHI < 0,15$	Concentração limitada
$0,15 \leq HHI \leq 0,25$	Concentração moderada
$HHI > 0,25$	Concentração significativa

Fonte: *U.S. Department of Justice* e *Federal Trade Commission*

Por fim, a CE, também utiliza o HHI para avaliar a concentração de mercados. Mas, diferentemente dos parâmetros apresentados anteriormente, a legislação europeia é focada nos processos de fusão e nos efeitos de tais fusões na concentração (EU, 2004), ou seja, além do HHI propriamente dito, é considerada a variação do HHI decorrente de uma fusão. O Quadro 4 apresenta os parâmetros utilizados pelas autoridades antitruste europeias para determinar mercados ou fusões que não requerem ação. Todas as demais situações requerem ações daquelas autoridades.

Quadro 4: parâmetros para definição de mercado não concentrado, segundo a CE

HHI	Δ HHI
$HHI < 0,10$	$\Delta HHI \geq 0,025$
$0,10 \leq HHI \leq 0,20$	$\Delta HHI \leq 0,025$
$HHI > 0,20$	$\Delta HHI \leq 0,015$

Fonte: CE

Porém, como o interesse do presente trabalho é centrado na análise da concentração de mercado *per se*, não serão utilizados os parâmetros europeus, ficando a análise restrita à avaliação do C_i e C_4 , com parâmetros estabelecidos pelas autoridades antitruste brasileiras, e HHI, com parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial/FMI e autoridades antitruste dos EUA.

3 METODOLOGIA

3.1 Hipóteses da Pesquisa

Para avaliar o grau de concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira, são formuladas as seguintes hipóteses de pesquisa:

- H₁*: A participação das firmas de auditoria independente na indústria bancária brasileira possibilita o exercício unilateral de poder de mercado, de acordo com os parâmetros instituídos pelas autoridades antitruste brasileiras.
- H₂*: O grau de concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira possibilita o exercício coordenado de poder de mercado, de acordo com os parâmetros instituídos pelas autoridades antitruste brasileiras.
- H₃*: O mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira apresenta evidências de concentração significativa ou moderada, de acordo com os parâmetros instituídos pelo Banco Mundial/Fundo Monetário Internacional.
- H₄*: O mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira apresenta evidências de concentração significativa ou moderada, de acordo com os parâmetros instituídos pelas autoridades antitruste dos EUA.

3.2 Definição da Amostra

As instituições que integram a amostra são listadas no Apêndice 1. No intuito de reduzir os efeitos de processos de fusão, aquisição, incorporação e liquidação possam causar à amostra, utilizaremos as demonstrações financeiras das instituições do tipo banco comercial, banco múltiplo, caixa econômica, banco de investimento e banco de desenvolvimento em dezembro de 2013, considerando o conceito de conglomerado bancário utilizado pelo BCB para a divulgação do Relatório TOP 50. Nos exercícios anteriores a 2013, manteremos a amostra fixa, mesmo que uma ou outra instituição não figure na seleção do Apêndice 1.

3.3 Métricas Utilizadas na Análise da Concentração

Para testar as hipóteses de pesquisa serão utilizadas três medidas largamente utilizadas em estudos empíricos que visam determinar a concentração (ou não) de mercados. São elas o C_i , o C_4 e o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI).

O C_i , apurado de acordo com a fórmula (3.1), avalia a participação individual de cada empresa em um determinado mercado. O C_i varia de 0 a 1, onde 0 significa um mercado perfeitamente pulverizado⁸ e 1 significa um monopólio.

$$C_i = p_i \quad (3.1)$$

Já o C_4 , apurado conforme (3.2), avalia a participação das quatro maiores empresas em relação ao total do mercado em que tal empresa atua. Quanto maior for a concentração do mercado sob avaliação, maior será o C_4 . Assim como o C_i , o C_4 varia de 0 a 1, onde 0 representa um mercado sem qualquer concentração nas quatro maiores empresas, e 1, quando o mercado é integralmente concentrado nas quatro maiores empresas. Apesar de sua simplicidade, o C_4 permite uma rápida avaliação da concentração em determinado mercado, especialmente quando avaliado em uma evolução temporal.

$$C_4 = \sum_{i=1}^4 p_i \quad (3.2)$$

Seguindo os parâmetros utilizados pelas autoridades antitruste brasileiras (SEAE/SDE, 2001), considera-se que existe concentração suficientemente alta para viabilizar o exercício unilateral do poder de mercado quando a participação individual for superior a 20% do mercado relevante ($C_i \geq 20\%$). Já quando as quatro maiores empresas somam participação igual ou superior a 75% ($C_4 \geq 75\%$), considera-se que existe uma concentração suficientemente alta para viabilizar o exercício coordenado de poder de mercado.

O HHI , por sua vez, é a soma dos quadrados da participação de mercado de todas as empresas que atuam em determinado mercado. Quanto maior for a concentração do mercado sob avaliação, maior será o HHI , apurado conforme fórmula (3.3). Assim como o C_4 , HHI

⁸ $\lim_{n \rightarrow \infty} \frac{p_i}{p_n} = 0$

varia de 0 a 1, onde 0 representa um mercado sem qualquer concentração, e 1 quando o mercado é concentrado em uma única empresa.

$$HHI = \sum_{i=1}^n p_i^2 \quad (3.3)$$

Como parâmetro para avaliar a concentração da auditoria independente na indústria bancária brasileira através do *HHI*, são utilizados os parâmetros estabelecidos no *Financial Sector Assessment: a Handbook* (WB; IMF, 2005). Segundo os critérios estabelecidos pelo Banco Mundial em conjunto com o FMI, mercados que apresentam um *HHI* superiores ou iguais a 0,10 indicam concentração moderada. Já mercados que apresentam *HHI* maiores ou iguais a 0,18 indicam concentração significativa.

Adicionalmente, são utilizados os critérios estabelecidos pelas autoridades antitruste dos Estados Unidos da América através do *HHI*. Segundo o *Horizontal Merger Guidelines* (USDJ/FTC, 2010), mercados que apresentam *HHI* superiores ou iguais a 0,15 indicam concentração moderada. Já mercados que apresentam *HHI* maiores ou iguais a 0,25 indicam concentração significativa.

Para se avaliar o grau de concentração de indústrias, tal como pretendido no atual estudo, é utilizada a participação de cada firma de auditoria independente. Tal participação é geralmente calculada de acordo com a receita auferida por cada firma individualmente, tal como apresentado nos estudos conduzidos pelo GAO (2003 e 2008) e Kallapur *et al* (2010). No Brasil, porém, tal informação só se tornou pública para as entidades com ações listadas na BM&FBovespa e a partir do exercício de 2009, o que limitaria o estudo a um número restrito de instituições e a apenas cinco exercícios. Por esta razão, serão utilizados três parâmetros públicos e disponíveis, das instituições que compõem a amostra, como *proxies* que permitem avaliar o grau de concentração da auditoria. São elas: ativos totais, patrimônio líquido e receita de intermediação financeira.

Ao se utilizar os parâmetros acima, pretende-se adotar referências amplamente aceitas e comumente utilizadas em estudos sobre a temática, seja no Brasil, seja no exterior. Desta forma, serão testadas as hipóteses de pesquisa apresentadas neste capítulo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

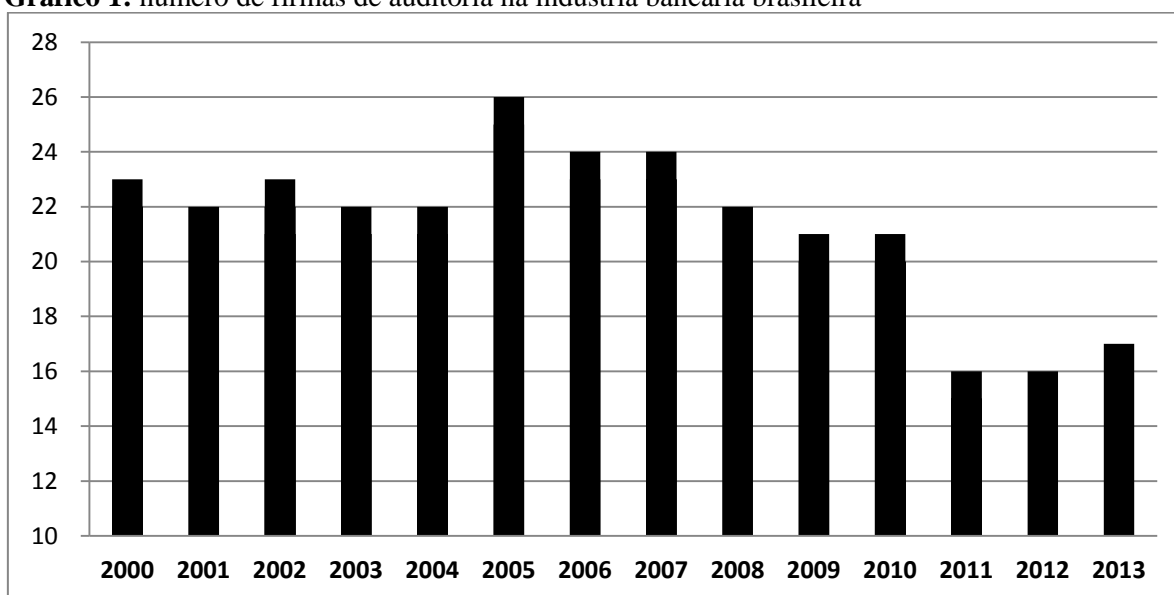
O processo de análise dos dados contempla as seguintes etapas: a) relacionar as instituições financeiras que compõem a amostra, e obter no Relatório Top 50 do BCB, as informações relativas aos ativos totais, ao patrimônio líquido e à receita de intermediação financeira, em termos mensais, de janeiro de 2000 a dezembro de 2013; b) através de consulta ao Sistema de Informações sobre Entidades de Interesse do Banco Central do Brasil (Unicad), relacionar as firmas de auditoria contratadas por cada instituição financeira durante o período em análise; c) mensurar a participação de cada firma de auditoria, individualmente, na indústria bancária brasileira (C_i); d) calcular a participação das quatro maiores firmas de auditoria na indústria bancária brasileira (C_4); e e) mensurar o grau de concentração da atividade de auditoria, de acordo com o indicador o *HHI*, apresentado na seção 3.

4.1 Número de auditores em atuação na indústria bancária brasileira

Antes de se proceder à análise da concentração é mister apresentar a evolução do número de firmas que competem pelos serviços de auditoria na indústria bancária brasileira. O dado, *per se*, tem pouco poder explicativo. Porém, através da análise da evolução do número de firmas competidoras, é possível avaliar se o mercado está em processo de concentração (redução do número de competidores), ou de expansão (aumento do número de competidores).

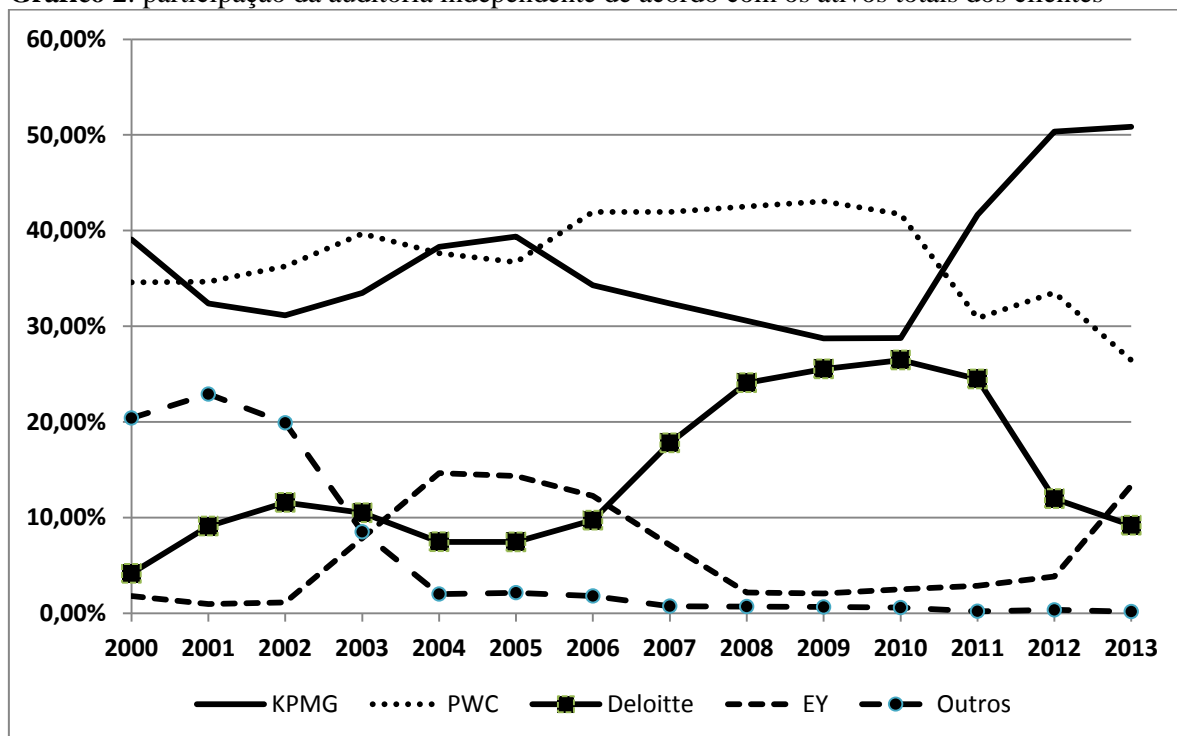
Conforme o Gráfico 1, pode-se constatar que o número de competidores se expandiu de 2000 (23 firmas) para 2005 (26 firmas), quando iniciou um processo de redução do número de competidores. Nos exercícios de 2011 e 2012, a indústria bancária brasileira era auditada por apenas 16 firmas distintas. Em 2013, último ano da amostra, o número de firmas de auditoria independente na indústria bancária brasileira somou 17.

A redução do número de firmas de auditoria independente concorrentes na indústria bancária brasileira ocorreu em consonância com o processo de consolidação presenciado nos últimos anos, tal como fim da Arthur Andersen, a incorporação da firma Terco Auditores Independentes pela Ernst Young, em 2010, da Trevisan pela KPMG, ocorrida em 2011 e da Directa Auditores pela Grant Thornton, ocorrida em 2013, apenas para citar os casos mais emblemáticos.

Gráfico 1: número de firmas de auditoria na indústria bancária brasileira

4.2 Participação individual das firmas de auditoria da indústria bancária brasileira

Os Gráficos 2, 3 e 4 apresentam a evolução da participação das firmas de auditoria líderes na indústria bancária brasileira, utilizando como critério, respectivamente, os ativos totais, o patrimônio líquido e a receita de intermediação financeira das instituições financeiras da amostra.

Gráfico 2: participação da auditoria independente de acordo com os ativos totais dos clientes

Como é possível verificar, a indústria bancária brasileira é amplamente dominada pelas firmas *big four* (Deloitte, PWC, EY e KPMG). Mais ainda, nos últimos anos, houve a consolidação da firma de auditoria KPMG que, a partir de 2012, era responsável pela análise de 50,84% dos ativos totais, 47,57% do patrimônio líquido e 49,56% das receitas com intermediação financeira.

Gráfico 3: participação da auditoria independente de acordo com patrimônio líquido dos clientes

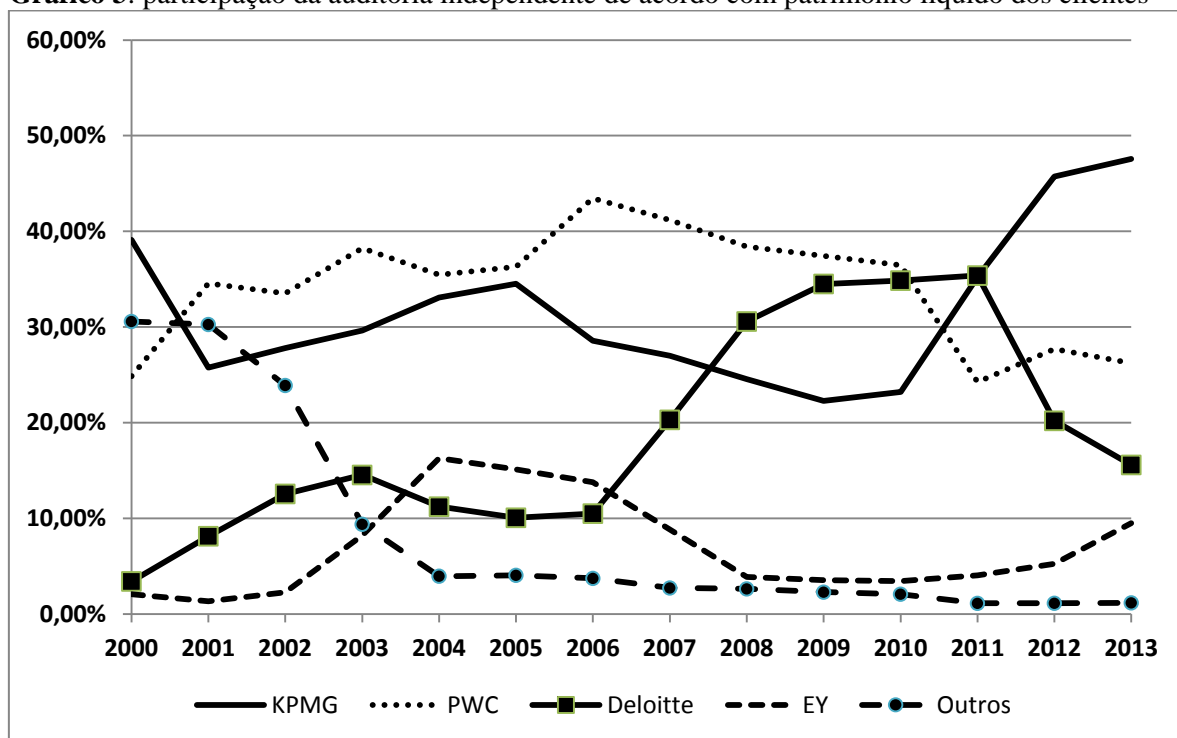
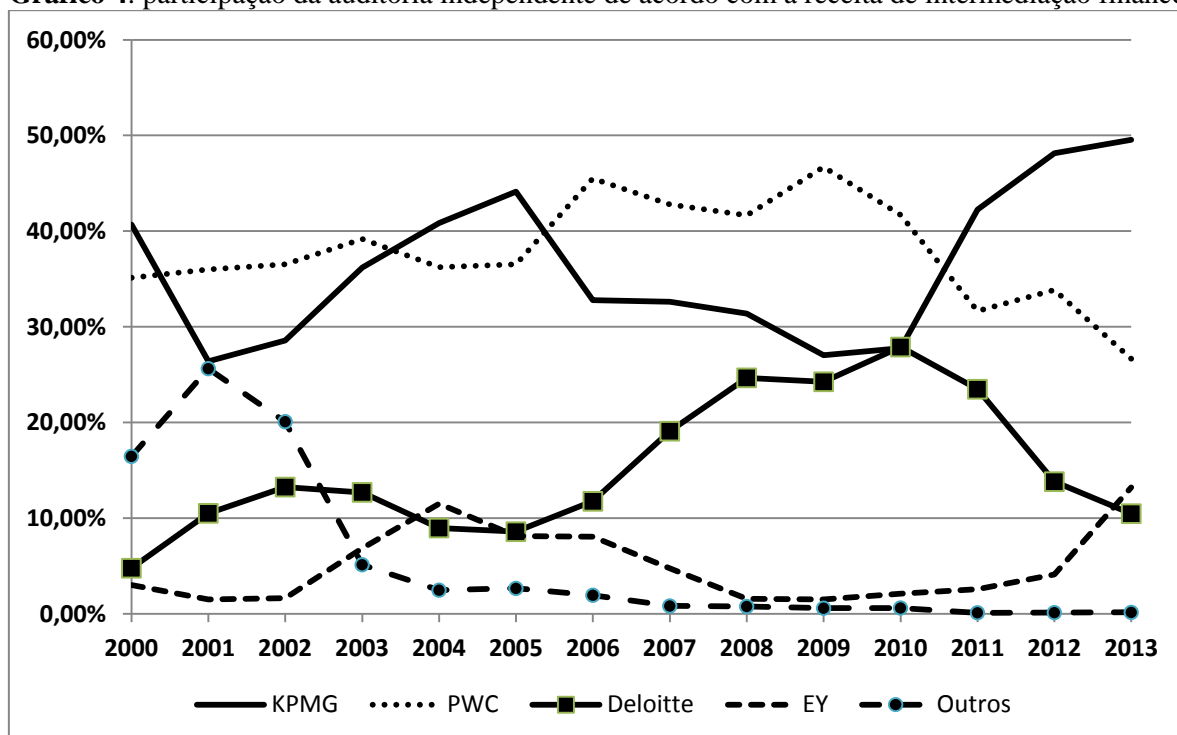


Gráfico 4: participação da auditoria independente de acordo com a receita de intermediação financeira



O fim da firma Arthur Andersen, uma das líderes do mercado de auditoria até o exercício de 2001, precipitou o movimento de consolidação da atividade na indústria bancária brasileira. Como podemos ver nos Gráficos 2, 3 e 4, a participação das demais firmas de auditoria (incluindo a Arthur Andersen), recuou de patamares superiores a 20% para valores inferiores a 10% entre 2001 e 2003. A princípio, a firma PWC foi a maior beneficiária da saída Arthur Andersen do mercado. De acordo com o critério receita de intermediação financeira, a PWC chegou a uma participação superior a 40% (superior a 30% som os critérios de ativos totais e patrimônio líquido). Entretanto, a participação da PWC recuou a partir de 2010, encerrando o período sob análise com uma participação inferior a 30%, independentemente do critério utilizado.

Outro movimento peculiar deste mercado durante o período analisado foi a variação da participação da firma Deloitte, que a partir de 2006 aumentou sua fatia de mercado, de aproximadamente 10% para uma participação de aproximadamente 30% em 2010. Porém, a partir de 2011, a participação da Deloitte voltou a recuar, encerrando o ano de 2013 novamente com uma participação de aproximadamente 10%.

A KPMG, por sua vez, alçou a liderança deste mercado justamente no ano de 2011, quando a firma passou a responder pelas auditorias independentes do Banco Bradesco S.A. e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, respectivamente terceira e quarta maiores instituições em ativos totais, patrimônio líquido e receita de intermediação financeira. Até 2010 a auditoria do Bradesco era realizada pela PWC. Já a auditoria do BNDES era de responsabilidade da Deloitte.

Utilizando a fórmula (3.1) e os parâmetros utilizados pelas autoridades antitruste brasileiras, consubstanciadas no Guia de análises para atos de concentração horizontal (SDE/SEAE, 2001), é possível afirmar que a participação das firmas KPMG e PWC, superior a 20% ao longo de todos os exercícios sob análise, independentemente do critério utilizado, tornam possível o exercício unilateral de poder de mercado. O mesmo pode ser dito da firma Deloitte, durante os exercícios de 2008 a 2011, se utilizado o critério de participação por ativos totais ou receita de intermediação financeira, ou durante os exercícios compreendidos entre 2007 a 2013, caso utilize-se o critério de participação por patrimônio líquido. Esse conjunto de informações confirma o previsto na hipótese de pesquisa H_1 , configurando sua aceitação.

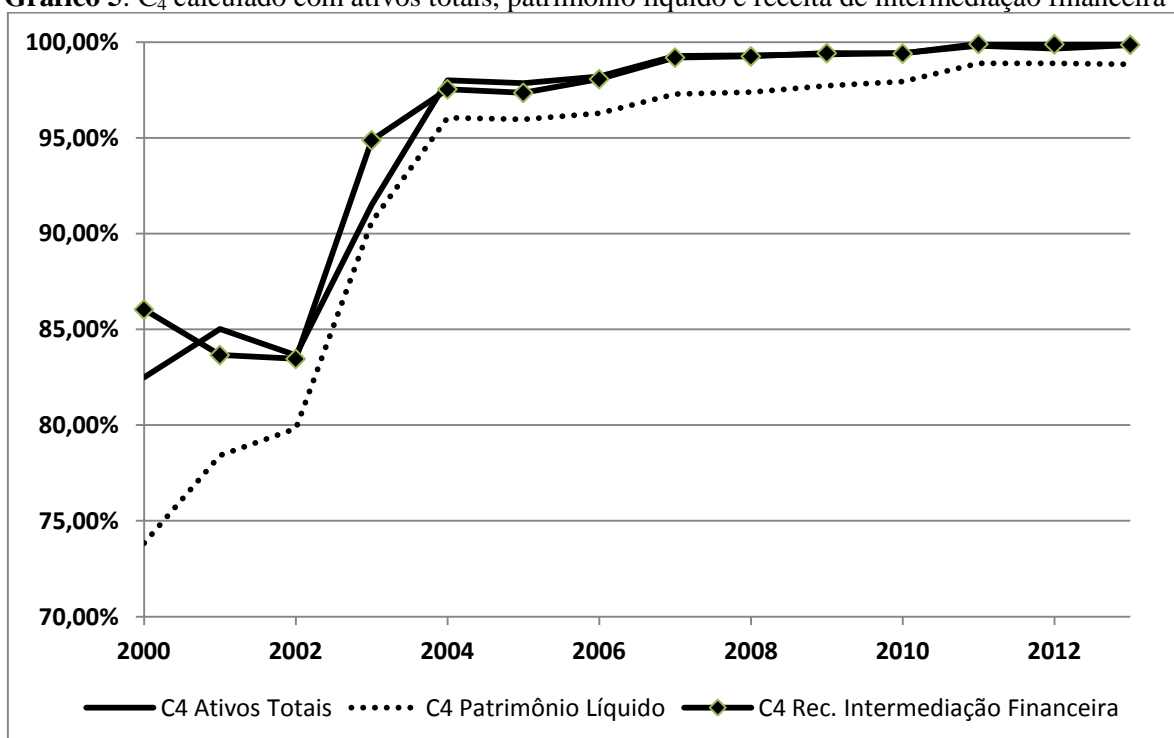
4.3 Concentração da auditoria independente da indústria bancária brasileira

Com base nos dados amostrais, foram calculados os índices C_4 e HHI da atividade de auditoria independente na indústria bancária brasileira, utilizando como parâmetros os ativos totais, patrimônio líquido e receita com intermediação financeira dos clientes. A seguir, apresentamos os resultados obtidos.

Indicador C_4

Durante os exercícios de 2000 a 2013 o somatório da participação das quatro maiores firmas de auditoria pelos critérios de ativos totais e de receita de intermediação financeira foi sempre superior a 75%. Utilizando-se o critério de patrimônio líquido, a participação das *big four* foi superior a 75% de 2001 a 2013. O parâmetro estabelecido pela SEAE e SDE no Guia de Análises Para Atos de Concentração Horizontal, para determinação do exercício coordenado de poder de mercado é 75%. Portanto, aceita-se H_2 , ou seja, o grau de concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira possibilita o exercício coordenado de poder de mercado, de acordo com os parâmetros instituídos pelas autoridades antitruste brasileiras.

Gráfico 5: C_4 calculado com ativos totais, patrimônio líquido e receita de intermediação financeira



O Gráfico 5 deixa clara a concentração nas firmas *big four* da auditoria independente na indústria bancária brasileira. O fim da firma Arthur Andersen, em 2001, reduziu dramaticamente a competição neste mercado, a ponto de, a partir de 2007, aproximadamente 99% do mercado estar concentrado nas firmas KPMG, PWC, EY e Deloitte.

Indicador *HHI*

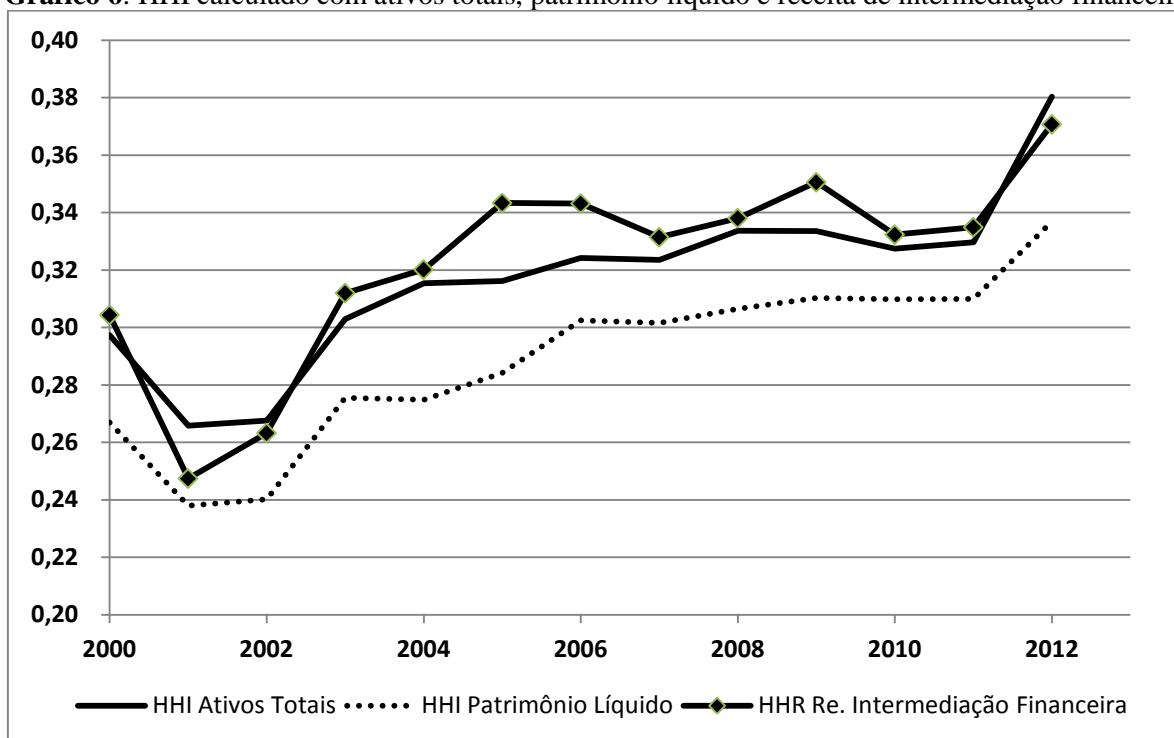
Ao avaliar o grau de concentração através do indicador *HHI*, são utilizados os parâmetros propostos pelo Banco Mundial e FMI (Quadro 2), bem como os parâmetros das autoridades antitruste dos EUA (Quadro 3). Segundo o Banco Mundial e o FMI, quando o *HHI* for superior a 0,18, tem-se uma concentração significativa do mercado. Já as autoridades dos EUA consideram que o mercado está concentrado quando o *HHI* for superior a 0,25.

Como pode ser visto no Gráfico 6, o *HHI* calculado foi sempre superior a 0,18 em todos os exercícios sob análise, independentemente do critério utilizado (ativos totais, patrimônio líquido ou receita de intermediação financeira). Portanto, pode-se aceitar H_3 , ou seja, o mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira apresenta evidências de concentração significativa, de acordo com os parâmetros instituídos pelo Banco Mundial e FMI.

Utilizando os parâmetros das autoridades antitruste dos EUA, que consideram que há concentração moderada quando o *HHI* for superior a 0,15 e uma concentração significativa, quando *HHI* for superior a 0,25 (Quadro 3) concluímos que há concentração significativa em todos os anos da amostra para os parâmetros ativos totais e receita de intermediação financeira. Já o parâmetro patrimônio líquido apresentou concentração moderada nos anos de 2001 e 2002 e significativa nos demais exercícios.

Desta forma, pode-se aceitar, também, a hipótese de pesquisa H_4 , ou seja, o mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira apresenta evidências de concentração moderada ou significativa, de acordo com os parâmetros instituídos pelas autoridades antitruste dos EUA.

Gráfico 6: HHI calculado com ativos totais, patrimônio líquido e receita de intermediação financeira.



O Gráfico 6 confirma o diagnóstico de concentração do mercado de auditoria, previamente avaliado com base no C_i e C_4 . Mais uma vez, nota-se que o processo de concentração tornou-se mais evidente a partir do fim da firma Arthur Andersen, cujas atividades se encerraram no exercício de 2001.

O Gráfico 6 também apresenta um padrão distinto, com HHI calculado a partir do patrimônio líquido inferior ao HHI calculado com os ativos totais e receita de intermediação financeira ao longo de toda a amostra. Tal comportamento sugere que a concentração ocorre nas instituições bancárias com maior alavancagem financeira⁹.

⁹ Alavancagem financeira é o grau de utilização de capital de terceiros em operações ativas. Ou seja, quanto maior for a utilização de capital de terceiros em uma operação maior será a alavancagem financeira. Diametralmente, quanto maior for a utilização de capital próprio em uma operação ativa, menor será a alavancagem financeira.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo teve como proposta avaliar o grau de concentração do mercado de auditoria independente no âmbito da indústria bancária brasileira, entre os anos de 2000 e 2013, considerando os parâmetros de ativos totais, patrimônio líquido e receita de intermediação financeira das instituições financeiras. Nos testes foram utilizadas as métricas das autoridades antitruste do Brasil e EUA, bem como os parâmetros recomendados pelo Banco Mundial em conjunto com o FMI.

Utilizando a participação individual das firmas de auditoria (C_i) e os critérios estabelecidos no Guia de análises para atos de concentração horizontal (SDE/SEAE, 2001), que estabelecem a participação individual de 20% como suficiente para o exercício unilateral de poder de mercado, pode-se aceitar a hipótese H_1 , já que as firmas KPMG e PWC, durante todo o período sob análise, e Deloitte (durante os exercícios de 2007 a 2011), tiveram participação superior a 20%.

As autoridades antitruste brasileiras também utilizam a participação das quatro maiores participações de um mercado para avaliar se há o exercício coordenado de poder de mercado. Para tanto, a soma das participações dos quatro maiores competidores deve superar 75%. Como visto na Seção 4, a participação das chamadas *big four* (Deloitte, PWC, EY e KPMG) foi, em todos os exercícios analisados, superior a esta marca. Desta forma, aceita-se H_2 , ou seja, o grau de concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira possibilita o exercício coordenado de poder de mercado.

Por fim, utilizando-se o índice Herfindahl-Hirschman, ou HHI, em conjunto com os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial e FMI, bem como os *guidelines* das autoridades antitruste dos EUA, pode-se concluir que a concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária brasileira é moderada ou significativa, conforme as hipóteses de pesquisa H_3 e H_4 .

Ressalte-se, porém, que não foi intenção deste trabalho avaliar o efeito da concentração sobre a qualidade do trabalho do auditor. Aliás, estudos recentes, como Dantas (2012), não identificaram relação entre essa concentração e a qualidade dos trabalhos dos auditores. Mas, como sugestão para futuras pesquisas, poder-se-ia analisar os eventuais efeitos da concentração da auditoria independente sobre a indústria bancária brasileira, tal como prevê a teoria econômica, que considera perverso o equilíbrio oligopolístico, que geralmente se dá em preços mais elevados quando comparados com os preços obtidos em um mercado de concorrência perfeita, como destacado por Varian (2010).

A concentração do mercado de auditoria, por sua vez, pode ser consequência da concentração da indústria bancária brasileira. Como sugestão para futura pesquisa, poder-se-ia avaliar a evolução da concentração do mercado de auditoria vis-à-vis a concentração da indústria bancária brasileira.

Outra sugestão para futuras pesquisas seria avaliar o efeito teórico que a eventual débâcle de uma das auditorias líderes teriam na indústria bancária brasileira. Basta ver que uma única empresa, a KPMG, detém participação superior a 50% neste mercado, considerando os ativos totais dos clientes. Como visto, a saída da firma de auditoria Arthur Andersen, uma das líderes do mercado de auditoria independente até 2001, acabou por acelerar o processo a concentração no mercado bancário brasileiro.

Por oportuno, cabe destacar que o próprio Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal, da SDE/SEAE, utilizado nesse estudo, alerta para fatores que podem inibir o exercício do poder de mercado, independentemente do grau de concentração, tais como a elasticidade-preço da demanda pelo serviço vendido no mercado que apresenta concentração; a possibilidade de importar fatores para o mercado que se encontra concentrado; a possibilidade de entrada de novos competidores; as escalas mínimas viáveis para a remuneração de novos competidores; as barreiras legais e regulatórias; as economias de escala; e a probabilidade de sanção por órgãos de defesa da concorrência.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional (TOP 50)**. Disponível em: < <http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp> > Acesso em: 22 de mar. 2014.

_____. **Composição do Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP> > Acesso em: 6 de abr. 2014.

_____. **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif)**. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?COSIF> > Acesso em: 22 de mar. 2014.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (BCBS). **The relationship between banking supervisors and banks' external auditors**. BIS, January 2002. Disponível em <<http://www.bis.org/publ/bcbs87.pdf>>. Acesso em 6 Mai, 2014.

_____. **External audit quality and banking supervision**. BIS, December 2008. Disponível em <<http://www.bis.org/publ/bcbs146.pdf>>. Acesso em 5 Mai, 2014.

BRASIL, **Lei n.º 4.595**, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

_____. **Lei n.º 12.529**, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

BODIE, ZVI; KANE, ALEX e MARCUS ALAN. **Investments**. 5 ed. New York: McGraw-Hill Irwin, 2001.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução n.º 308**, de 14 de maio de 1999. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n.º 1.055**, de 24 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências.

_____. **NBC TA 200**, de 27 de novembro de 2009. – Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria.

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. **Resolução n.º 3.198**, de 27 de maio de 2004. Altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação.

_____. **Resolução n.º 3.786**, de 24 de setembro de 2009. Dispõe sobre a elaboração e a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

DANTAS, J. A. **Auditoria em instituições financeiras: determinantes de qualidade no mercado brasileiro**. 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN, Brasília. 2012.

DANTAS, J. A.; CHAVES, S. M. T.; SOUSA, G. A.; SILVA, E. M. Concentração de auditoria no mercado de capitais brasileiro. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 14, p. 4-21, 2012.

ELTON, EDWIN J; GRUBER, MARTIN J; BROWN, STEPHEN J; GOETZMANN, WILLIAM N. **Modern Portfolio Theory and Investment Analysis**. 6 ed. Indianapolis: John Wiley & Sons, 2003.

EUROPEAN COMMISSION (EU). **EU Competition Law: Rules Applicable to Merger Control**. Disponível em <<http://ec.europa.eu/competition/mergers/legislation/legislation.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE (GAO). **Public accounting firms: mandated study on consolidation and competition.** jul. 2003. Disponível em: <<http://www.gao.gov/new.items/d03864.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

_____. **Audits of public companies: continued concentration in audit market for large public companies not call for immediate Action.** jan. 2008. Disponível em: <<http://www.gao.gov/new.items/d08163.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

HIRSCHMAN, A. O. The Paternity of an Index. **The American Economic Review**, Pittsburgh, v. 54, n. 5, p. 761-762, 1964.

KALLAPUR, S.; SANKARAGURUSWAMY, S.; ZANG, Y. Audit market concentration and audit quality. **SSRN Working Papers**, jan. 2010. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1546356>. Acesso em: 7 abr. 2014.

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO (SEAE); SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO (SDE). **Guia de análises para atos de concentração horizontal. Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50**, de 1º de agosto de 2001. Disponível em <<http://portal.mj.gov.br/sde>>. Acesso em: 29 abr. 2014

U.S. CHAMBER OF COMMERCE. **Auditing: a profession at risk.** U.S. Chamber of Commerce. Washington, DC, jan. 2006.

U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE AND THE FEDERAL TRADE COMMISSION (USDJ/FTC). **Horizontal Merger Guidelines.** Disponível em <<http://www.justice.gov/atr/public/guidelines/hmg-2010.html>>. Acesso em: 29 abr. 2014.

VARIAN, HAL. **Intermediate Microeconomics: A modern approach.** 8 ed. New York: Norton, 2010.

VIDAL, T. L. **Crises financeiras: efeito contágio ou interdependência entre os países? Evidências utilizando uma abordagem multivariada.** 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

WORLD BANK (WB); INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). **Financial Sector Assessment: a Handbook. 2005**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fsi/guide/2006/index.htm>> Acesso em: 6 de abr. 2014

APÊNDICE A – ESPECIFICAÇÃO DA AMOSTRA (R\$ milhões)

Seq	Tipo	Nome	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Rec. Interm. Financeira
1	Comercial	Banco do Brasil S.A.	1.175.217	70.537	37.247
2	Múltiplo	Itaú Unibanco S.A.	1.027.324	88.966	34.927
3	Múltiplo	Caixa Econômica Federal	858.475	27.373	34.121
4	Múltiplo	Banco Bradesco S.A.	776.724	71.136	25.815
5	Desenvolvimento	BNDES	762.953	45.626	27.216
6	Múltiplo	Banco Santander (Brasil) S.A.	495.444	63.761	18.699
7	Múltiplo	HSBC Bank Brasil S.A.	159.948	10.009	5.518
8	Múltiplo	Banco Safra S.A.	130.112	7.559	3.833
9	Múltiplo	Banco BTG Pactual S.A.	115.902	12.074	3.048
10	Múltiplo	Banco Votorantim S.A.	106.975	7.141	5.223
11	Múltiplo	Banco Citibank S.A.	54.297	6.851	2.891
12	Múltiplo	Banco do Estado do RS S.A.	53.114	5.149	3.395
13	Múltiplo	Banco do Nordeste do Brasil S.A.	33.817	3.040	1.709
14	Múltiplo	Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.	32.394	3.319	971
15	Comercial	JPMorgan Chase Bank	29.954	3.569	1.589
16	Múltiplo	Banco BMG S.A.	28.141	3.399	2.999
17	Múltiplo	Banco Volkswagen S.A.	27.451	2.211	1.346
18	Múltiplo	Banco Cooperativo Sicredi S.A.	23.813	799	547
19	Múltiplo	Deutsche Bank S.A.	22.208	1.623	428
20	Múltiplo	Banco Panamericano S.A.	21.726	2.532	2.103
21	Múltiplo	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	20.933	2.723	875
22	Comercial	Banco Cooperativo do Brasil S.A.	18.120	581	669
23	Múltiplo	Banco ABC Brasil S.A.	17.268	1.918	914
24	Múltiplo	Banco Industrial e Comercial S.A.	15.607	1.958	1.044
25	Múltiplo	Banco Rabobank International Brasil	15.323	1.175	855
26	Múltiplo	Banco Daycoval S.A.	14.940	2.440	932
27	Múltiplo	Banestes S.A.	14.007	968	566
28	Comercial	Banco Alfa S.A.	13.840	2.020	658
29	Múltiplo	Banco Mercantil do Brasil S.A.	13.510	898	898
30	Múltiplo	Banco GMAC S.A.	12.998	1.325	661
31	Múltiplo	Banco Societe Generale Brasil S.A.	12.640	1.005	555
32	Múltiplo	Bank of America Merrill Lynch	12.283	1.329	403
33	Desenvolvimento	BRDE	11.537	1.674	466
34	Múltiplo	Banco da Amazonia S.A.	11.330	1.625	457
35	Múltiplo	BRB - banco de Brasília S.A.	11.072	1.066	863
36	Múltiplo	Banco Mercedes-benz do Brasil S.A.	10.913	1.290	273
37	Múltiplo	Banco Pine S.A.	10.559	1.272	601
38	Múltiplo	Banco Morgan Stanley S.A.	10.173	1.796	323
39	Múltiplo	Banco Fibra S.A.	9.769	1.228	430
40	Múltiplo	BES S.A.	8.183	666	399

(continua)

(continuação)

Seq	Tipo	Nome	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Rec. Interm. Financeira
41	Múltiplo	Banco Barclays S.A.	6.863	575	116
42	Múltiplo	Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	6.706	1.139	259
43	Múltiplo	Banco CNH Capital S.A.	6.125	1.087	228
44	Múltiplo	Banco Classico S.A.	6.000	4.607	108
45	Múltiplo	Banco de Lage Landen Brasil S.A.	5.933	728	165
46	Múltiplo	Banco Fidis S/A	5.931	524	240
47	Múltiplo	Banco IBM S.A.	5.712	381	191
48	Comercial	Banco Indusval S.A.	4.950	674	215
49	de Desenv.	BDMG	4.901	1.714	193
50	Múltiplo	Goldman Sachs do Brasil	4.874	999	135
51	Múltiplo	Banco Toyota do Brasil S.A.	4.594	480	316
52	Múltiplo	Banpará S.A.	4.550	506	425
53	Múltiplo	Paraná banco S.A.	4.394	1.286	304
54	Múltiplo	Banco John Deere S.A.	4.177	568	139
55	Múltiplo	ING Bank S.A.	3.933	822	222
56	Múltiplo	Banco CSF S.A.	3.886	819	341
57	Múltiplo	Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro	3.699	675	195
58	Múltiplo	Banco Volvo Brasil S.A.	3.520	490	56
59	Múltiplo	Banco PSA Finance Brasil S.A.	3.516	700	202
60	Múltiplo	Banco Crédit Agricole Brasil S.A.	3.507	793	179
61	Múltiplo	Banese S.A.	3.378	279	226
62	Múltiplo	Banco Honda S.A.	3.370	500	215
63	Múltiplo	Banco Original do Agronegócio S.A.	3.263	2.037	146
64	Múltiplo	Banco BBM S/A	3.233	563	150
65	Múltiplo	Banco Bonsucesso S.A.	2.914	386	402
66	Múltiplo	Banco Industrial do Brasil S.A.	2.199	454	128
67	Múltiplo	Banco Rodobens S.A.	2.134	430	74
68	Múltiplo	Scania Banco S.A.	1.929	153	35
69	Múltiplo	Banco Triangulo S.A.	1.846	337	137
70	Múltiplo	Banco Cargill S.A.	1.824	360	106
71	Múltiplo	Banco Ford S.A.	1.681	264	80
72	de Desenv.	Bandes	1.560	257	45
73	Múltiplo	Banco Mizuho do Brasil S.A.	1.506	496	19
74	Comercial	Banco Rendimento S.A.	1.447	203	211
75	Múltiplo	Banco Intermedium S/A	1.436	290	128
76	Múltiplo	Banco Fator S.A.	1.425	418	60
77	Múltiplo	Banco Paulista S.A.	1.368	147	146
78	Múltiplo	Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	1.348	417	59
79	Múltiplo	Banco Modal S.A.	1.279	236	53
80	Múltiplo	Banif S.A.	1.194	200	79
81	Múltiplo	Banco Guanabara S.A.	1.068	126	51
82	Múltiplo	Standard Chartered Bank (Brasil) S.A.	1.065	299	51
83	Múltiplo	Banco Moneo S.A.	883	174	27
84	Múltiplo	Banco A.J. Renner S.A.	815	87	60

(continua)

(continuação)

Seq	Tipo	Nome	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Rec. Interm. Financeir a
85	Múltiplo	Scotiabank Brasil S.A.	770	345	46
86	Comercial	Banco Commercial Investment Trust	718	261	41
87	Múltiplo	Banco Tricury S.A.	666	214	39
88	Comercial	Banco Máxima S.A.	530	53	32
89	Múltiplo	Banco Luso Brasileiro S.A.	518	43	35
90	Múltiplo	Brasil Plural S.A.	498	104	4
91	Múltiplo	Banco Yamaha Motor do Brasil S.A.	490	71	42
92	Múltiplo	BNY Mellon Banco S.A.	435	115	6
93	Múltiplo	Banco da China Brasil S.A.	433	116	-1
94	Múltiplo	Banco Gerador S.A.	419	40	19
95	Comercial	Banco BM&F	408	59	9
96	Múltiplo	Banco Randon S.A.	393	76	11
97	Comercial	Banco Semear S.A.	379	76	53
98	Múltiplo	Banco KEB do Brasil S.A.	359	95	32
99	Múltiplo	Banco Woori Bank do Brasil S.A.	341	76	13
100	Múltiplo	Banco UBS S.A.	293	72	6
101	Múltiplo	Banco Topázio S.A.	288	38	11
102	Comercial	Banco Confidence de Câmbio S.A.	273	60	91
103	Múltiplo	NBC Bank Brasil S. A.	271	68	11
104	Múltiplo	Banco ABN Amro S.A.	251	219	8
105	Múltiplo	Banco Standard de Investimentos S.A.	243	112	6
106	Múltiplo	Banco Ourinvest S.A.	232	44	8
107	Múltiplo	Banco Cedula S.A.	209	104	14
108	Múltiplo	Banco Ribeirao Preto S.A.	205	70	11
109	Múltiplo	Banco Opportunity S.A.	199	188	14
110	Múltiplo	Banco VR S.A.	186	109	10
111	Múltiplo	Banco BRJ S.A.	181	21	9
112	Múltiplo	BPN Brasil S.A.	178	44	11
113	Comercial	Banco Pottencial S.A.	160	42	5
114	Comercial	Banco La Provincia de Buenos Aires	141	114	8
115	Múltiplo	Natixis Brasil S.A.	133	111	5
116	Múltiplo	Banco Vipal S.A.	116	45	6
117	Múltiplo	Banco Azteca do Brasil S.A.	114	24	28
118	Comercial	BBVA Brasil S.A.	113	101	5
119	Múltiplo	Banco ARBI S.A.	87	25	5
120	Múltiplo	Banco Western Union do Brasil S.A.	86	51	6
121	Comercial	Banco de La Nacion Argentina	86	41	5
122	Múltiplo	Didier Levy Banco de Câmbio S.A.	81	8	13
123	Comercial	La Republica Oriental Del Uruguay	65	52	4
124	Comercial	Banco Porto Real de Investimento	52	25	4
125	Múltiplo	Banco Capital S.A.	45	38	3
126	Múltiplo	Banco Maxinvest S.A.	29	25	1
127	Múltiplo	Banco Induscred de Investimento S.A.	27	20	2
128	Comercial	Banco Petra S.A.	19	13	1

APÊNDICE B – PARTICIPAÇÃO DAS FIRMAS DE AUDITORIA

Tabela 1: participação das firmas de auditoria (por ativos totais dos clientes)

Ano	KPMG	PWC	Deloitte	EY	Arthur Andersen	Outros
2000	39,07%	34,57%	4,16%	1,80%	4,70%	15,70%
2001	32,38%	34,66%	9,10%	0,96%	8,87%	14,03%
2002	31,15%	36,26%	11,57%	1,11%	4,21%	15,68%
2003	33,48%	39,67%	10,49%	7,86%	0,00%	8,50%
2004	38,29%	37,63%	7,46%	14,63%	0,00%	2,00%
2005	39,36%	36,71%	7,44%	14,35%	0,00%	2,14%
2006	34,27%	41,94%	9,72%	12,28%	0,00%	1,79%
2007	32,39%	41,95%	17,80%	7,13%	0,00%	0,73%
2008	30,56%	42,51%	24,09%	2,16%	0,00%	0,69%
2009	28,73%	43,04%	25,53%	2,06%	0,00%	0,64%
2010	28,75%	41,72%	26,46%	2,49%	0,00%	0,58%
2011	41,63%	30,84%	24,47%	2,85%	0,00%	0,20%
2012	50,33%	33,51%	11,97%	3,85%	0,00%	0,34%
2013	50,84%	26,47%	9,19%	13,34%	0,00%	0,16%

Tabela 2: participação das firmas de auditoria (por patrimônio líquido)

Ano	KPMG	PWC	Deloitte	EY	Arthur Andersen	Outros
2.000	39,10%	24,85%	3,40%	2,06%	6,48%	24,10%
2.001	25,76%	34,55%	8,13%	1,31%	9,98%	20,28%
2.002	27,79%	33,53%	12,55%	2,24%	4,98%	18,91%
2.003	29,62%	38,24%	14,53%	8,23%	0,00%	9,38%
2.004	33,09%	35,46%	11,22%	16,29%	0,00%	3,95%
2.005	34,52%	36,28%	10,06%	15,11%	0,00%	4,04%
2.006	28,57%	43,45%	10,49%	13,77%	0,00%	3,72%
2.007	27,00%	41,17%	20,29%	8,81%	0,00%	2,72%
2.008	24,55%	38,38%	30,58%	3,87%	0,00%	2,62%
2.009	22,27%	37,42%	34,50%	3,53%	0,00%	2,28%
2.010	23,21%	36,44%	34,85%	3,42%	0,00%	2,07%
2.011	35,21%	24,26%	35,38%	4,05%	0,00%	1,11%
2.012	45,74%	27,69%	20,19%	5,25%	0,00%	1,12%
2.013	47,57%	26,22%	15,58%	9,47%	0,00%	1,16%

Tabela 3: participação das firmas de auditoria (por receita de intermediação financeira)

Ano	KPMG	PWC	Deloitte	EY	Arthur Andersen	Outros
2.000	40,68%	35,12%	4,76%	2,99%	5,49%	10,96%
2.001	26,40%	36,00%	10,49%	1,49%	10,78%	14,84%
2.002	28,56%	36,52%	13,24%	1,61%	4,39%	15,69%
2.003	36,18%	39,18%	12,68%	6,84%	0,00%	5,12%
2.004	40,85%	36,23%	8,96%	11,51%	0,00%	2,46%
2.005	44,13%	36,52%	8,57%	8,13%	0,00%	2,65%
2.006	32,79%	45,48%	11,75%	8,04%	0,00%	1,93%
2.007	32,60%	42,78%	19,08%	4,74%	0,00%	0,81%
2.008	31,39%	41,64%	24,66%	1,56%	0,00%	0,76%
2.009	27,01%	46,68%	24,25%	1,48%	0,00%	0,58%
2.010	27,75%	41,69%	27,88%	2,09%	0,00%	0,60%
2.011	42,24%	31,64%	23,47%	2,56%	0,00%	0,10%
2.012	48,13%	33,85%	13,80%	4,11%	0,00%	0,11%
2.013	49,56%	26,64%	10,46%	13,21%	0,00%	0,14%

APÊNDICE C – C₄ e HHI

Tabela 4: Concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária, de acordo com o C₄ e HHI calculado com base nos ativos totais das instituições auditadas

Ano	C ₄ mínimo	C ₄ média	C ₄ máximo	HHI mínimo	HHI média	HHI máximo
2000	82,10%	82,50%	82,97%	0,29	0,30	0,30
2001	83,89%	85,01%	90,83%	0,25	0,27	0,33
2002	82,93%	83,65%	84,26%	0,26	0,27	0,28
2003	83,85%	91,50%	98,94%	0,30	0,30	0,31
2004	97,95%	98,00%	98,09%	0,31	0,32	0,32
2005	97,76%	97,86%	98,10%	0,31	0,32	0,32
2006	97,96%	98,21%	98,33%	0,32	0,32	0,33
2007	99,11%	99,27%	99,40%	0,30	0,32	0,33
2008	99,23%	99,31%	99,43%	0,32	0,33	0,34
2009	99,30%	99,36%	99,40%	0,33	0,33	0,34
2010	99,31%	99,42%	99,62%	0,33	0,33	0,33
2011	99,78%	99,80%	99,83%	0,33	0,33	0,33
2012	97,92%	99,66%	99,84%	0,33	0,38	0,40
2013	99,83%	99,84%	99,85%	0,34	0,36	0,40

Tabela 5: Concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária, de acordo com o C₄ e HHI calculado com base no patrimônio líquido das instituições auditadas

Ano	C ₄ mínimo	C ₄ média	C ₄ máximo	HHI mínimo	HHI média	HHI máximo
2000	72,87%	73,84%	75,53%	0,26	0,27	0,27
2001	75,93%	78,42%	79,39%	0,23	0,24	0,26
2002	78,60%	79,82%	81,53%	0,23	0,24	0,25
2003	82,49%	90,62%	97,32%	0,27	0,28	0,29
2004	95,81%	96,05%	96,49%	0,27	0,27	0,28
2005	95,70%	95,96%	96,51%	0,28	0,28	0,29
2006	95,78%	96,28%	96,51%	0,29	0,30	0,32
2007	97,00%	97,28%	97,60%	0,28	0,30	0,32
2008	96,92%	97,38%	98,00%	0,30	0,31	0,31
2009	97,61%	97,72%	97,83%	0,31	0,31	0,31
2010	97,78%	97,93%	98,53%	0,31	0,31	0,32
2011	98,84%	98,89%	98,96%	0,31	0,31	0,32
2012	98,86%	98,88%	98,93%	0,30	0,34	0,35
2013	98,80%	98,84%	98,89%	0,32	0,33	0,35

Tabela 6: Concentração do mercado de auditoria independente na indústria bancária, de acordo com o C₄ e HHI calculado com base na receita de intermediação financeira das inst. auditadas

Ano	C₄ mínimo	C₄ média	C₄ máximo	HHI mínimo	HHI média	HHI máximo
2000	83,70%	86,04%	87,94%	0,29	0,30	0,33
2001	80,62%	83,66%	89,55%	0,22	0,25	0,31
2002	71,45%	83,46%	91,09%	0,24	0,26	0,29
2003	89,56%	94,88%	98,69%	0,31	0,31	0,32
2004	97,37%	97,54%	97,80%	0,30	0,32	0,33
2005	97,09%	97,35%	97,66%	0,31	0,34	0,37
2006	97,82%	98,07%	98,15%	0,31	0,34	0,36
2007	99,02%	99,19%	99,34%	0,32	0,33	0,34
2008	99,15%	99,26%	99,41%	0,31	0,34	0,37
2009	99,31%	99,42%	99,52%	0,34	0,35	0,37
2010	99,35%	99,40%	99,52%	0,32	0,33	0,34
2011	99,86%	99,90%	99,94%	0,33	0,33	0,34
2012	99,83%	99,89%	99,93%	0,32	0,37	0,39
2013	99,83%	99,86%	99,92%	0,33	0,35	0,38